

*Boletim das Universidades Federais do
Observatório de Política Macroeconômica da
UFRRJ, Ano 01, N. 1, dezembro de 2023*

Boletim Econômico das Universidades Federais

OBSERVATÓRIO 
DE POLÍTICA MACROECONÔMICA
UFRRJ

Expediente

Luciana da Silva Ferreira

Coordenadora do Observatório de Política Macroeconômica. Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (DeCE/ICSA).

Roberto de Souza Rodrigues

Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Coordenador do Observatório de Política Macroeconômica. Professor do Departamento de Economia do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ. (IM/UFRRJ)

Letícia Aragão de Souza Inácio

Economista pela UFRRJ. Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRRJ).

Kethelen Cruz de Souza

Economista pela UFRRJ.

Paulo Daniel da Silva Galdino dos Santos

Economista pela UFRRJ.

Lucas Maciel Côrrea

Graduando de Ciências Econômicas pela UFRRJ.

Tiago Ribas Chaves

Graduando de Ciências Econômicas pela UFRRJ.

Álvaro Augusto Veloso Theodoro

Graduando de Ciências Econômicas pela UFRRJ.

João Vitor dos Santos Martins

Graduando de Ciências Econômicas pela UFRRJ.

Emanuelle Vitória da Silva Teixeira

Graduanda de Ciências Econômicas pela UFRRJ.

Contato: observatoriopolmacro@gmail.com



Apresentação

Letícia Inácio

O Boletim das Universidades Federais, fruto de uma das linhas de pesquisa do Observatório de Política Macroeconômica da UFRRJ, nasce nesta primeira edição em dezembro de 2023. Isso ocorre a partir de dois aspectos norteadores: o primeiro é relativo à observação do comportamento orçamentário das Instituições de Ensino Superior no Brasil nos anos recentes – em especial, a partir de 2014, cujo esforço para reduzir gastos públicos na política do período acentuou e acelerou o financiamento inadequado das instituições. O segundo se relaciona diretamente ao potencial transformador que as Universidades ofertam à sociedade, o que propiciou diversas mudanças socioeconômicas e educacionais ao país após o importante marco político-constitucional de 1988. Ambos são fatores aplicados aos estudos do grupo, que resulta neste material.

O objetivo principal é proporcionar uma leitura direcionada à situação orçamentária das Universidades Federais, além dos destaques socioeconômicos do corpo estudantil. Nesta edição, a avaliação está organizada em: *i.* orçamento das Universidades Federais; *ii.* A situação socioeconômica da comunidade acadêmica e; *iii.* Destaque sobre os resultados do investimento nas UFs. Como caráter de primeira edição, a extensão da análise surge com seu potencial de entendimento histórico – como, por exemplo, com a descrição das mudanças legislativas que impactaram as Universidades – até à análise técnica, com indicadores e interpretações pautadas na eficiência orçamentária ao longo dos anos, composição estudantil por renda através do ENADE e pesquisas atrativas desempenhadas dentro de instituições públicas.

Uma proposição em tais dimensões exige uma conexão, que nos dispomos a trazê-la nesta apresentação. Inicialmente, entendemos que o ensino superior é, assim como demais setores da educação pública, um dos vetores de transformação social, com desdobramentos e efeitos não somente à formação universitária, alinhados ao ensino, pesquisa e extensão, mas também à comunidade civil brasileira – avaliado nacionalmente pelo impacto das atividades das Universidades ao país. Esta conexão se estabelece a partir da garantia abrangente e sólida da qualidade educacional do ensino superior, que requer transferências de recursos, expansão das políticas de Estado e melhorias estruturais.

Por isso, a primeira seção deste Boletim analisa o orçamento das Universidades em uma base de 23 anos (2000 – 2023), com enfoque no orçamento discricionário e ações específicas, tais como os referentes ao funcionamento das atividades universitárias, manutenção estrutural, reestruturação e modernização e, por fim, assistência estudantil. Já a seção seguinte estuda os

aspectos socioeconômicos do corpo estudantil que prestou ENADE em 2022, com informações de renda e raça/cor, junto às políticas de assistência, como os auxílios. Uma visualização regional está disponível na seção. Ao final, pode-se avaliar as pesquisas mais proeminentes elaboradas por pesquisadores de universidades públicas, além de um destaque especial para a UFRRJ.

Este é o primeiro boletim, cuja frequência trimestral mantém o objetivo de informar e facilitar a visualização de dados sobre a temática universitária.

O corpo editorial do Boletim deseja a todos uma leitura proveitosa.

Orçamento das Universidades Federais

Letícia Inácio

A educação superior pública no Brasil passou por uma transformação desde a promulgação da Constituição de 1988, que a garante como direito e contribuiu ao direcionar os governos para a criação do REUNI (Decreto n. 6.096/2007) e do sancionamento da Lei de Cotas (Lei n. 12.711/2012). Esses, além de serem responsáveis pela mudança no tamanho e no acesso ao ensino superior brasileiro, são os que viabilizam a inclusão social e educacional, cujo objetivo é a redução da desigualdade nos níveis mais elevados de educação do país. Logo, a importância do financiamento adequado se estabelece a partir de tal objetivo, uma vez que maior quantidade de Universidades, com expansão estrutural, estudantil e de pessoal, requer naturalmente maior transferência de recursos.

Por isso, este primeiro boletim do orçamento das Universidades Federais (UFs) se propõe a analisar os dados orçamentários das instituições em uma série temporal de 2000 a 2023, separando os resultados em *i.* análise do orçamento das UFs; *ii.* principais ações do orçamento discricionário; *iii.* assistência estudantil (especificamente através do detalhamento para a ação 4002 - PNAES); e, por fim, *iv.* orçamento da UFRRJ.

1. Análise do orçamento das Universidades Federais

O orçamento das Universidades Federais caracterizou parte das discussões acerca das mudanças na legislação fiscal do Brasil nos anos mais recentes, como após a aprovação do Teto dos Gastos (Emenda Constitucional n. 95/2016). Isso permite avaliar as Universidades não somente por suas contribuições à sociedade, mas também como entes associados ao orçamento federativo que estão sob o cumprimento das leis fiscais e dependentes do viés utilizado para trabalhar as contas públicas – isto é, a política orçamentária definida pelos governos atingem diretamente todos os órgãos a eles associados, especificamente as Universidades, objeto desta análise.

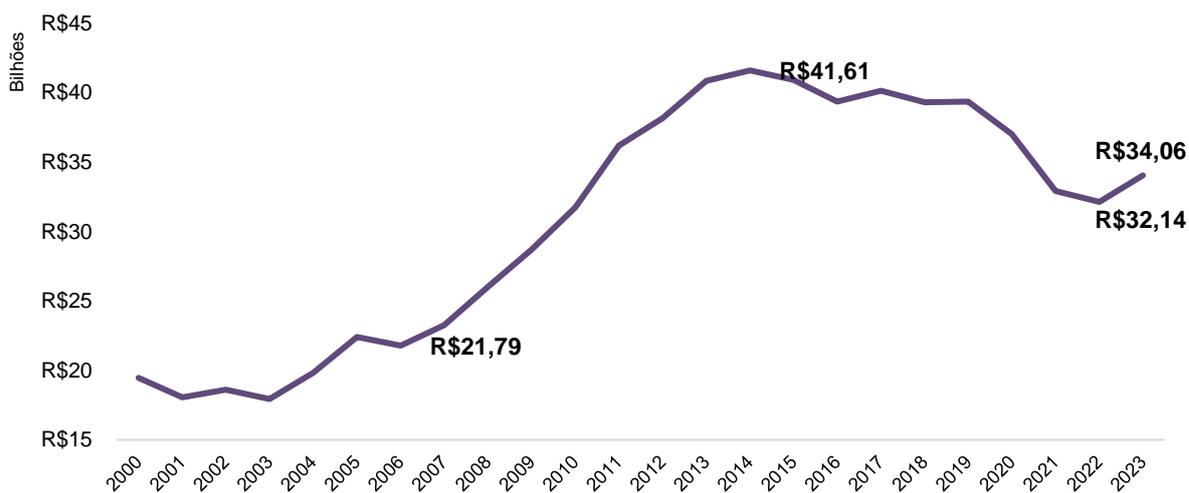
Sob este aspecto técnico-político, é necessário considerar a influência dos governos na análise orçamentária por motivos diversos, seja pelo direcionamento de recursos, seja por políticas específicas iniciadas e mantidas em diferentes governos. O primeiro exemplo é o REUNI (Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), instituído em 2007, cujo objetivo previu melhorias em seis diferentes dimensões, como as acadêmicas-pedagógicas – voltadas à reestruturação curricular – e as estruturais, com a expansão do número de Universidades brasileiras. A meta global previa que, passados cinco anos, haveria taxa de

conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação presenciais e relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais (MEC, 2007). No entanto, uma expansão em tais dimensões requer transferência de recursos não somente para iniciar, mas também para manter.

Outro exemplo relevante é a Lei de Cotas, instituída em 2012, que exige que haja reserva de 50% das vagas dos cursos de graduação para pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas, além de pessoas de baixa renda e pessoas com deficiência (PCD). A efetividade de uma política neste formato demonstra sua importância crucial para a sociedade brasileira, tanto em termos históricos quanto sociais, e igualmente requer atenção aos desdobramentos da inclusão, com políticas de permanência e assistência estudantil adequadas. Isso requer maior montante de recursos transferidos às universidades.

Esses exemplos são pontos focais para analisar como se deu a expansão universitária nos últimos anos e como se mantém até atualmente, tendo em vista a política fiscal à qual as instituições estão submetidas. O primeiro gráfico auxilia nesta visualização, mostrando que, de 2000 a 2023, houve aumento significativo no orçamento discricionário das Universidades entre os anos de 2007 e 2014.

Orçamento discricionário das Universidades Federais [Gráfico 1]
LOA (2000 - 2023)

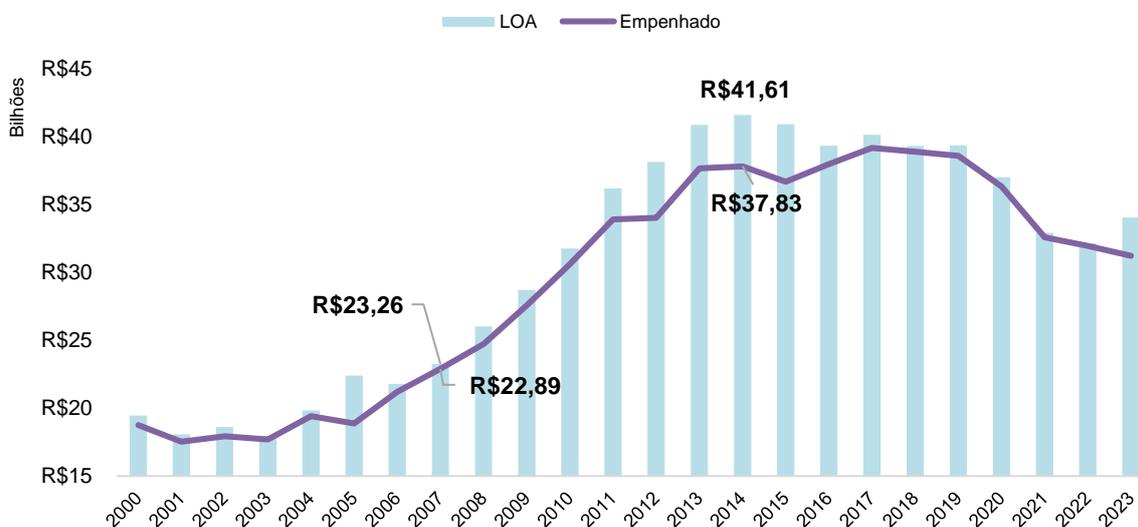


Fonte: SIOP. Elaboração própria. Separação das subfunções 364 – Ensino Superior, 571 – Desenvolvimento científico e 572 – Desenvolvimento tecnológico, desempenhada somente pelas Universidades Federais. Dados deflacionados pelo IPCA.

2014 foi o ano em que houve maior montante de recursos enviado para as Universidades nas subfunções selecionadas. A partir deste ano, a trajetória de redução se manteve até 2022. Já em 2023, a Lei Orçamentária Anual (LOA) garantiu recomposição de R\$1,96 bilhão.

Ao avaliar a diferença entre o orçamento previsto pela LOA e o que foi empenhado, pode-se comparar a eficiência na execução dos recursos. Isto, no entanto, depende da capacidade de execução de cada instituição que, sendo dependente de fatores diversos, impede que esta análise faça qualquer inferência relacionada ao comportamento dos dados.

Diferença entre LOA e Empenhado das Universidades Federais [Gráfico 2]
(2000 - 2023)



Fonte: SIOP. Elaboração própria. Separação das subfunções 364 – Ensino Superior, 571 – Desenvolvimento científico e 572 – Desenvolvimento tecnológico, desempenhada somente pelas Universidades Federais. Dados deflacionados pelo IPCA.

O gráfico 2 permite visualizar que existe eficiência de execução orçamentária relativamente alta ao longo dos anos, exceto por exemplos pontuais, como o ano de 2005 e entre 2011 e 2017. Em média, 95,15% dos recursos enviados às UFs foram utilizados ao longo da série histórica.

Basta, então, avaliar as ações específicas do orçamento discricionário das Universidades.

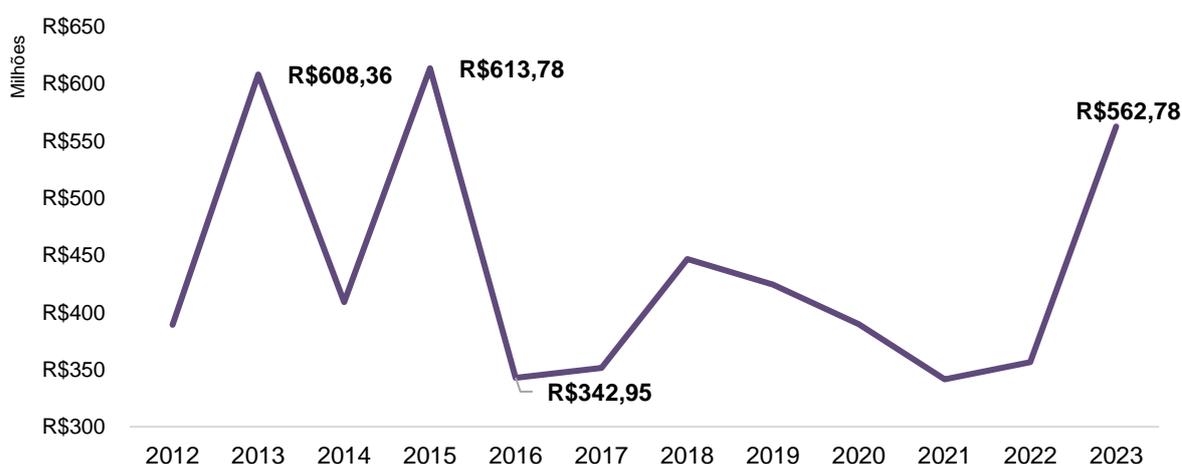
2. Ações do orçamento discricionário das Universidades Federais

Esta análise separou determinadas ações do orçamento para possibilitar a visualização detalhada da gestão universitária. Por isso, utiliza-se as ações 20GK (Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão), 20RK (Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior) e 8282 (Reestruturação e Modernização das

Instituições Federais de Ensino Superior). Tais ações foram selecionadas pela importância no orçamento discricionário das instituições, representando os recursos para custeio de atividades mais elementares das universidades, como aqueles referentes ao cumprimento curricular de todas as esferas do ensino superior, além do funcionamento e manutenção estrutural, com pagamento de equipes terceirizadas, contas de abastecimento hídrico e energia elétrica, investimento em compras ou reparos estruturais. Além disso, a série temporal utilizada varia para cada ação, uma vez que passaram a existir devido a necessidades específicas, como a expansão ou alterações legislativas.

A primeira ação analisada é a 20GK, iniciada em 2012. O comportamento observado é de forte oscilação entre 2012 e 2016, que recebeu R\$219 milhões em 2023, comparado a 2012, e teve queda de R\$200 milhões em 2014. Isso é avaliado da mesma forma para os anos seguintes, com queda brusca em 2016, atingindo a baixa histórica da ação com R\$342 milhões. Em 2023, o orçamento é de R\$562 milhões destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino (Fonte de código 312).

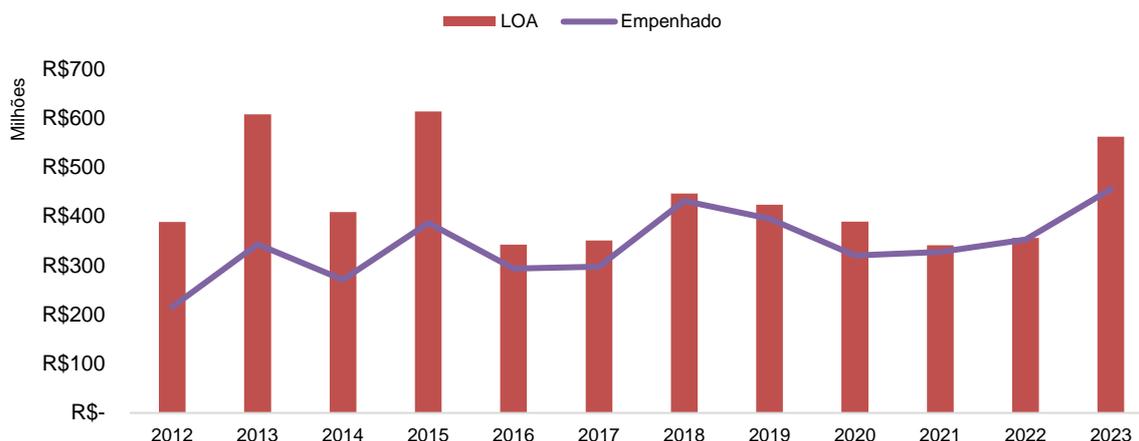
Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (20GK) [Gráfico 3]
LOA (2012 - 2023)



Fonte: SIOP. Elaboração própria. Dados deflacionados pelo IPCA.

Ao comparar os montantes da LOA atualizada e o empenhado, visualiza-se o mesmo comportamento oscilante entre os anos de 2012 e 2015. Nos anos seguintes, a execução orçamentária se mostrou alta, com média de 78,19%.

Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (20GK) [Gráfico 4]
LOA e Empenhado (2012 - 2023)

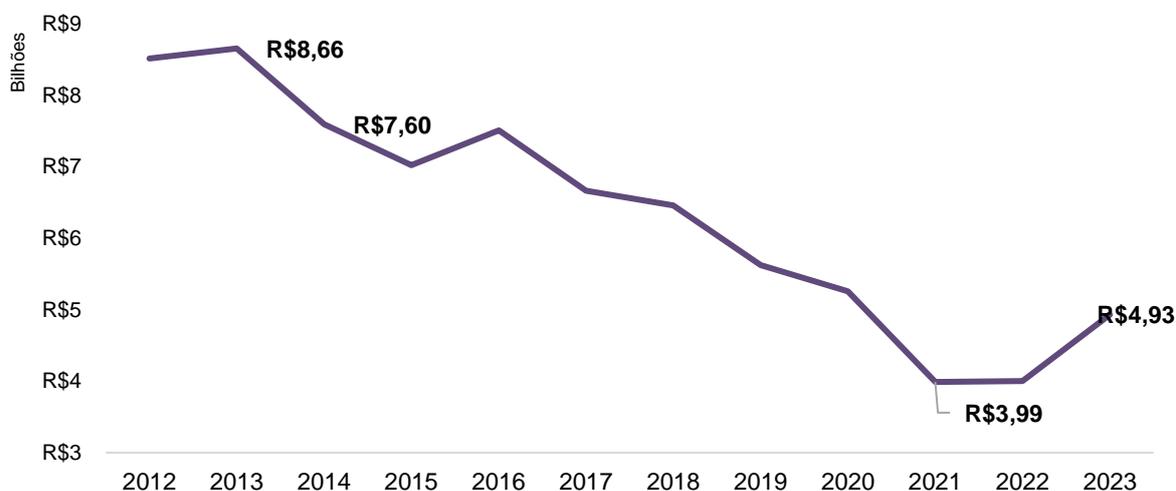


Fonte: SIOF. Elaboração própria. Dados deflacionados pelo IPCA.

Já a ação 20RK mostra queda brusca desde um ano após sua criação, em 2012. Esta ação tem como objetivo “Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade” (Objetivo 0841) e, por isso, seu papel frente à gestão universitária é abrangente e de importância categórica.

A máxima histórica ocorreu em 2013, com R\$8 bilhões destinados ao funcionamento das IFES. No entanto, os anos seguintes obtiveram perdas expressivas, tendo a mínima histórica em 2021, com R\$3,99 bilhões. Em 2023, o cenário é de recomposição, com R\$4,93 bilhões destinado à ação.

Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior (20RK) [Gráfico 5]
LOA (2012 - 2023)



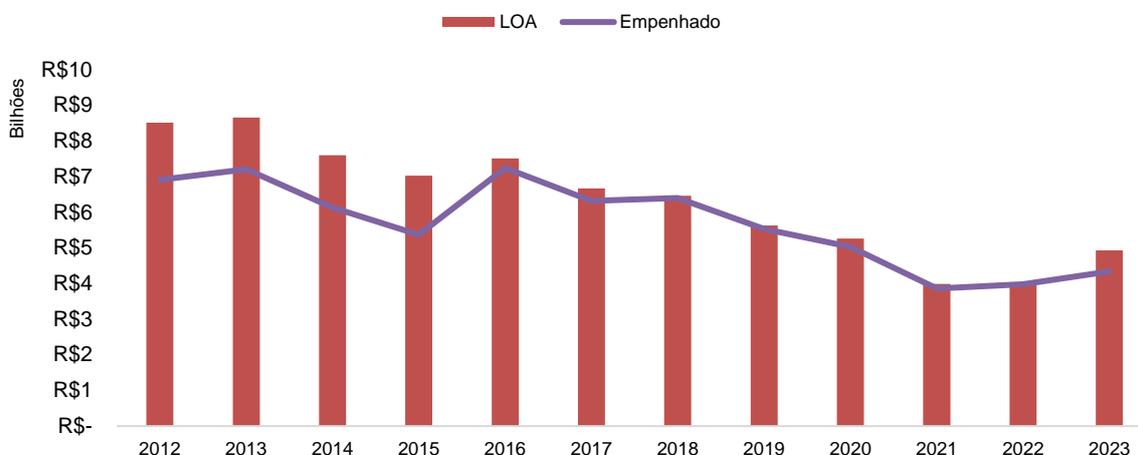
Fonte: SIOF. Elaboração própria. Dados deflacionados pelo IPCA.

A comparação entre LOA atual e empenhado mostra alta execução a partir de 2016. Nos anos anteriores, a execução foi de 89,59% em média.

Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior (20RK)

[Gráfico 6]

LOA e Empenhado (2012 - 2023)



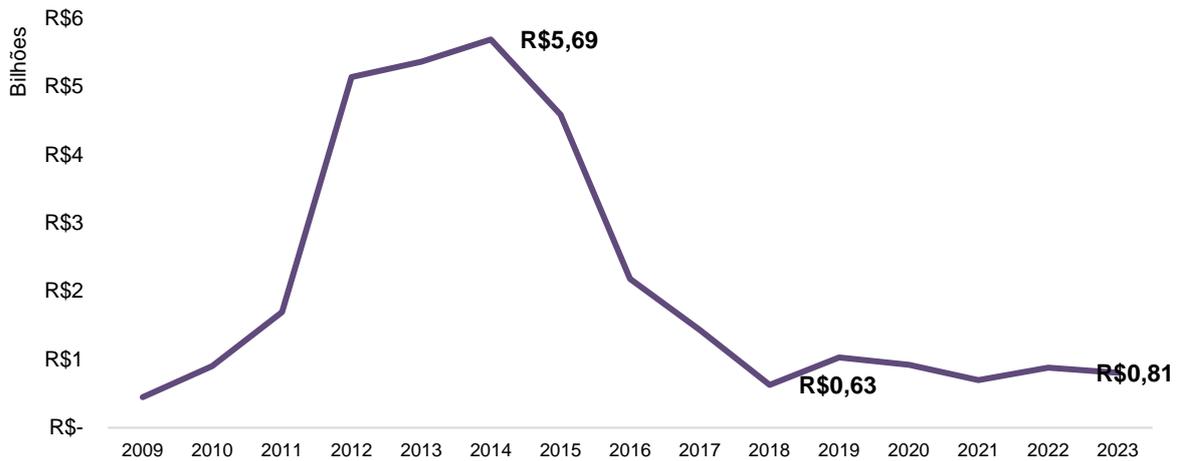
Fonte: SIOP. Elaboração própria. Dados deflacionados pelo IPCA.

A ação 8282 tem abrangência temporal diferente das ações anteriores, uma vez que surgiu no contexto do REUNI em 2009. Porém, ainda se mantém ativa devido à sua importância à gestão universitária. À princípio, seus recursos teriam como iniciativa a realização de obras, aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e de laboratórios, além da execução de pequenas obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços. No entanto, a queda brusca no montante da ação mostra que tais objetivos não podem ser cumpridos em sua totalidade. Em 2023, por exemplo, o objetivo especificado para a ação se refere somente à formação de pessoal qualificado.

A máxima histórica ocorreu há quase uma década, em 2014, cujo orçamento foi de R\$5,69 bilhões. 2018, por outro lado, foi o ano da mínima histórica, com orçamento de R\$630 milhões – representando uma queda de 89% da ação. Em 2023, este montante é de R\$810 milhões, ainda expressamente inferior ao que foi em 2014.

Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior (8282) [Gráfico 7]

LOA (2009 - 2023)

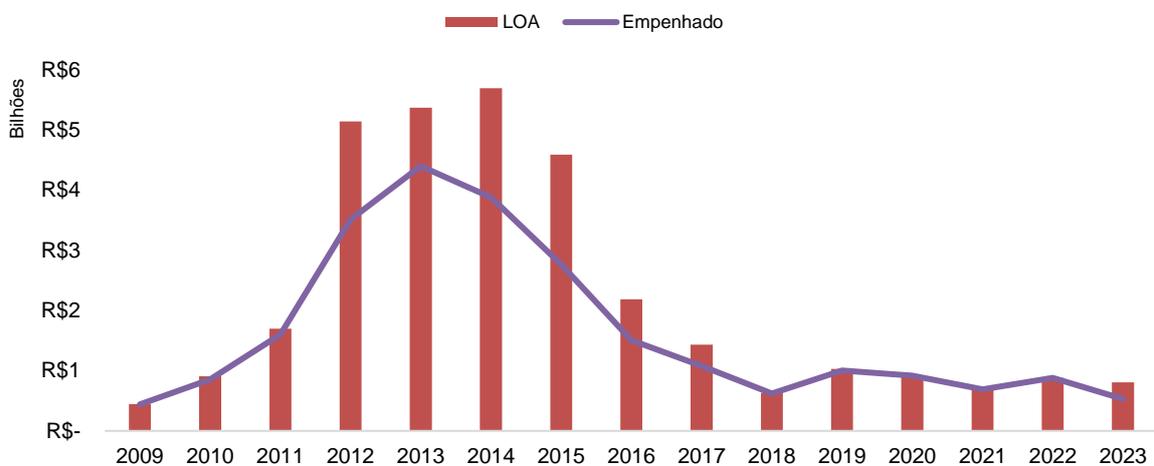


Fonte: SIOP. Elaboração própria. Dados deflacionados pelo IPCA.

Abaixo, o gráfico 8 demonstra a eficiência de execução da ação, permitindo avaliar que houve maior distanciamento entre a LOA e o empenhado entre os anos de 2012 e 2015. Os anos seguintes já caracterizaram queda brusca, mas os valores foram quase integralmente empenhados, com média de 71,31%.

Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior (8282) [Gráfico 8]

LOA e Empenhado (2009 - 2023)



Fonte: SIOP. Elaboração própria. Dados deflacionados pelo IPCA.

Outra ação importante à gestão universitária é a 4002, referente à assistência ao estudante da educação superior. No entanto, esta será avaliada na seção subsequente, devido à necessidade de detalhamento.

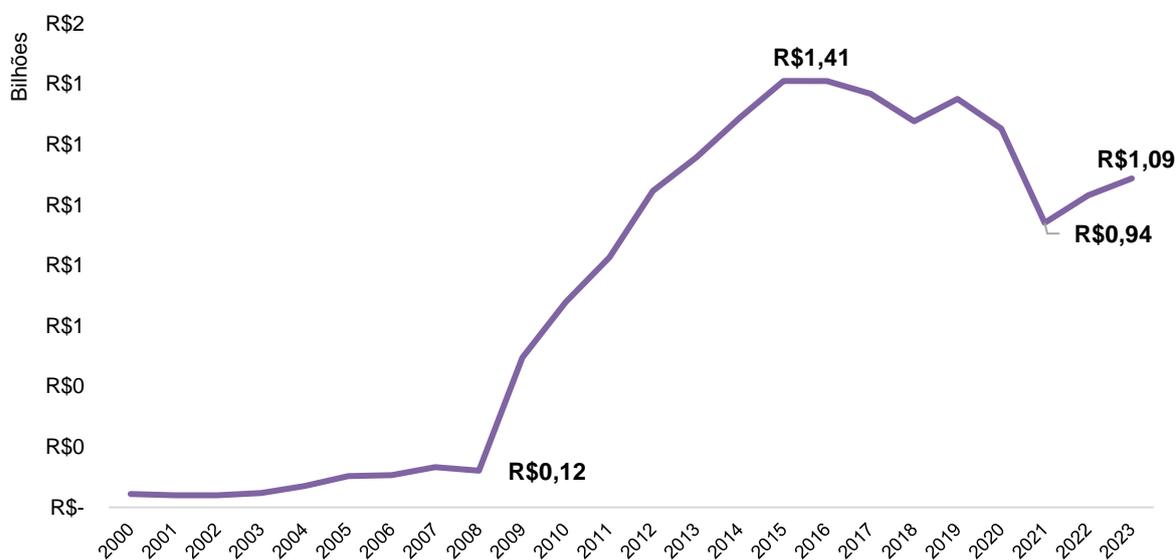
3. Assistência Estudantil

A ação 4002 é aquela que destina recursos para a assistência ao estudante do Ensino Superior. Embora sua série temporal exista desde 2000, a criação do Programa de Assistência Estudantil (PNAES) ocorreu via decreto apenas em 2010 – consequência do programa de expansão. De acordo com o decreto 7.234/2010, é papel da assistência estudantil “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal”. Os objetivos são, como pressupõe seu art. 2:

- “I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
 - II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
 - III - Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
 - IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.”
- (BRASIL, 2010, p. 1)

Por consequência da própria expansão, os recursos destinados à ação que representa tais objetivos diretamente foram fortalecidos na última década, de forma que seu comportamento mudou substancialmente desde o início da série, como é possível observar abaixo.

Assistência ao Estudante do Ensino Superior (4002) [Gráfico 9]
LOA (2000 - 2023)

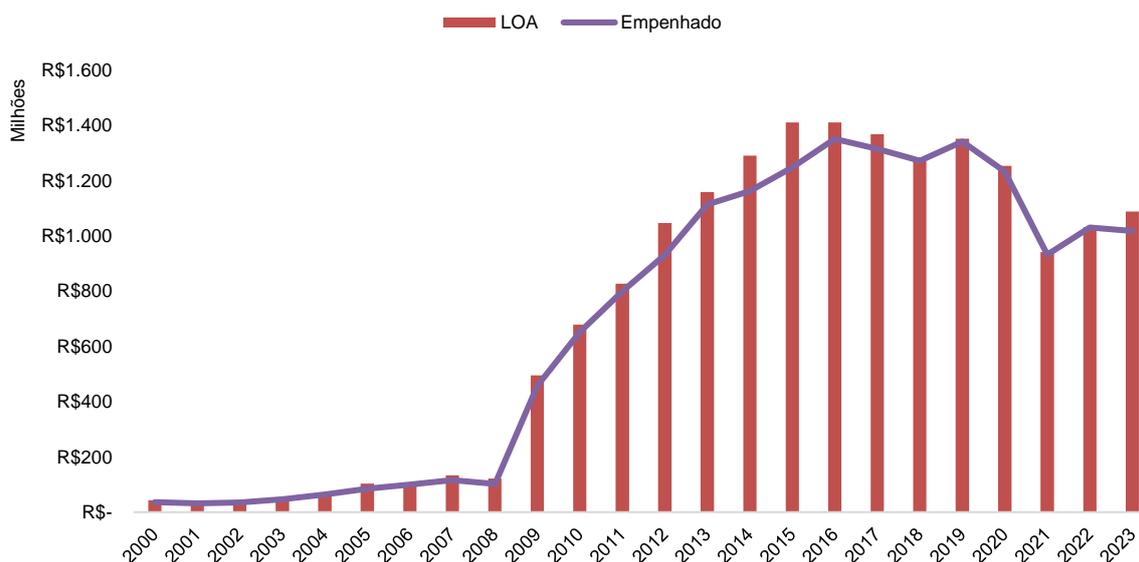


Fonte: SIOP. Elaboração própria. Dados deflacionados pelo IPCA.

A trajetória ascendente iniciou após o ano de 2008, tendo atingido sua máxima em 2015, com orçamento de R\$1.41 bilhões. Nos anos subsequentes o comportamento é de redução orçamentária, com mínima de R\$940 milhões no ano de 2021. Já em 2023, a recomposição elevou os recursos para R\$1.09 bilhão. Este comportamento é causa de uma série de mudanças dos anos recentes, como a própria alteração no entendimento da importância da assistência estudantil no âmbito político, além da correção inflacionária de bolsa-permanência garantida em 2023. Trata-se, portanto, de uma ação importante com desdobramentos cruciais à sociedade brasileira, como a permanência universitária e a garantia de condições para conclusão de cursos de graduação – atingindo não somente um dos objetivos do PNAES, mas também uma alteração da demografia educacional que, por si, é capaz de proporcionar múltiplos benefícios ao país.

A comparação entre os recursos da LOA atualizada e do empenhado pode ser visualizada abaixo. A eficiência de execução orçamentária da ação é alta, com média de 91,21% ao longo de toda a série.

Assistência ao Estudante do Ensino Superior (4002) [Gráfico 10]
LOA e Empenhado (2000 - 2023)



Fonte: SIOP. Elaboração própria. Dados deflacionados pelo IPCA.

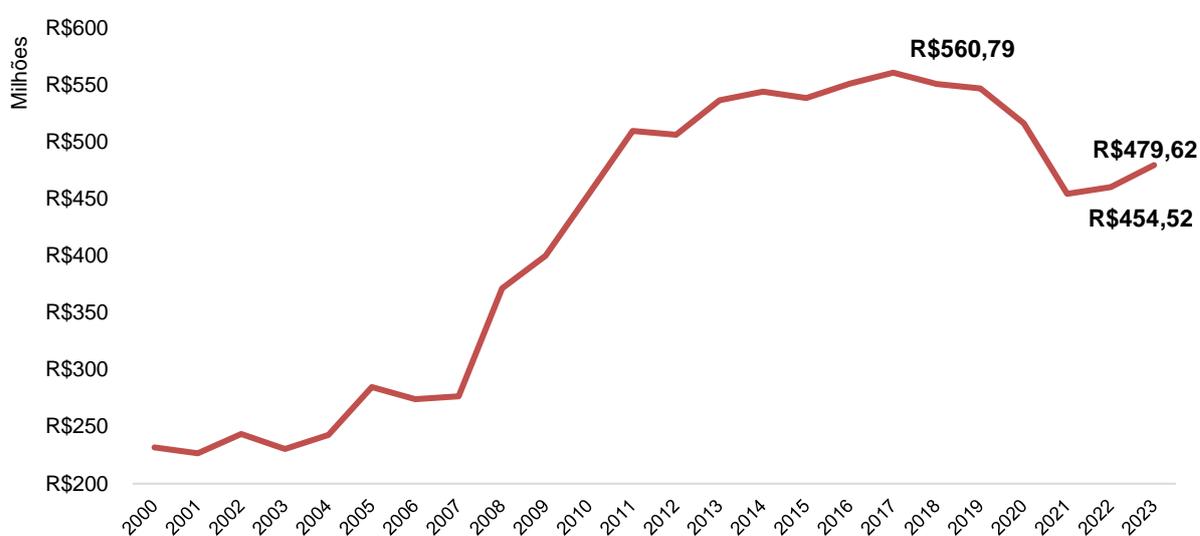
4. Orçamento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro é uma das instituições de ensino superior que passou por forte expansão desde o ano 2000. As mudanças do período impactam a UFRRJ diretamente, uma vez que se trata de “uma das universidades que compõem o

quantitativo de faculdades públicas presentes na Baixada, Sul e Norte Fluminense, com considerável expansão territorial no estado” (SANTOS; INÁCIO; CHAVES, 2022, p. 1587). Além disso, suas dimensões territoriais e arquitetônicas a classificam como a Universidade detentora do maior campus da América Latina – fatores que exigem administração gerencial intensiva.

Na série histórica avaliada, é possível avaliar que a UFRRJ acompanhou a tendência de crescimento de recursos vista no orçamento geral das IFES. A máxima histórica ocorreu no ano de 2017, com R\$680 milhões de orçamento discricionário. Os anos seguintes caracterizaram uma perda expressiva, com mínima de R\$454 milhões, ocorrida em 2021. Em 2023, o montante é de R\$479 milhões.

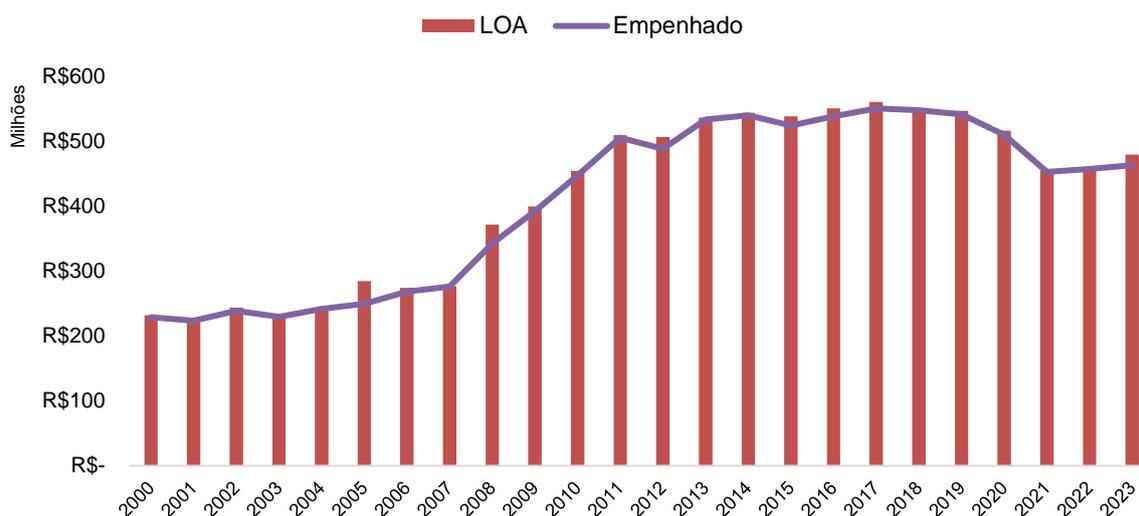
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [Gráfico 11]
LOA (2000 - 2023)



Fonte: SIOP. Elaboração própria. Dados deflacionados pelo IPCA.

A eficiência orçamentária da instituição pode ser visualizada abaixo. Com alto índice de execução, a UFRRJ tem média de 98,01% de eficiência ao longo de toda a série. Nos anos recentes, em especial durante e após a pandemia, o índice é de 99,26%.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [Gráfico 12] LOA e Empenhado (2000 - 2023)



Fonte: SIOP. Elaboração própria. Dados deflacionados pelo IPCA.

É importante ressaltar que esta análise é feita utilizando dados estritamente orçamentários, o que impede inferências relacionadas às questões internas a cada instituição. No entanto, fatores como eficiência orçamentária e a demonstração da redução orçamentária intempestiva são fulcrais para o entendimento do impacto causado por políticas restritivas – principalmente a política fiscal.

As mudanças legislativas e emendas à constituição atingem as Universidades diretamente, tornando-as instituições-foco para a redução do orçamento. Isso, além de estar na contramão do que os países que buscam o desenvolvimento social fazem, caracteriza um cenário de desproporção entre o que as instituições ofertam à sociedade e o que recebem como recursos para atuar. A recomposição orçamentária vista em 2023 é parte importante do reestabelecimento adequado das IFES, ainda que nunca tenham interrompido suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, apesar dos cortes dos anos recentes.

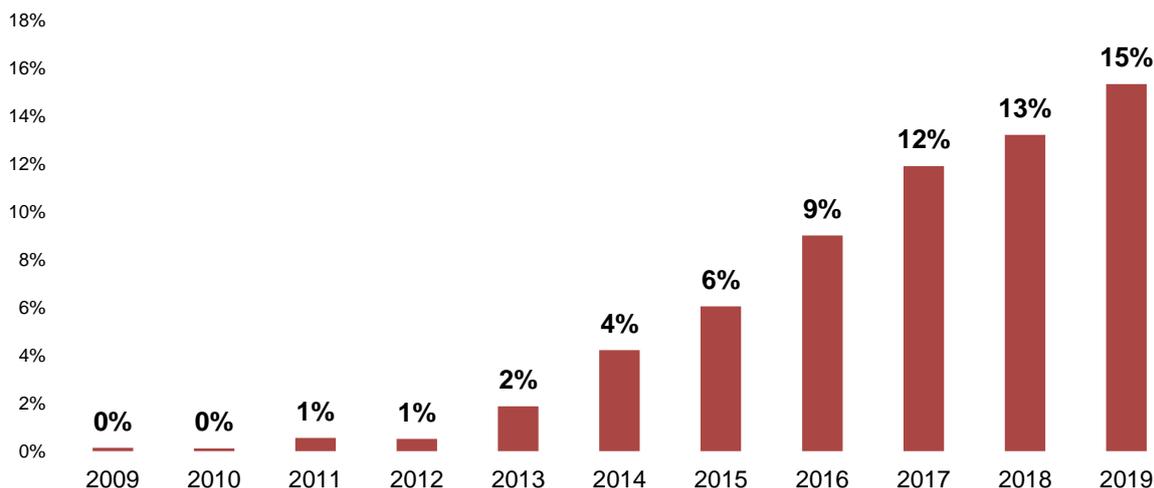
A situação socioeconômica da comunidade acadêmica

Lucas M. Corrêa, Kethelen C. Souza

A implementação de ações afirmativas para assegurar a democratização do ensino, e o acesso de camadas menos favorecidas da sociedade ao ambiente acadêmico de fato tiveram muita influência na alteração do perfil da comunidade acadêmica, especialmente dos discentes que povoam as Universidades e institutos Federais no Brasil. Um exemplo de tais ações é a Lei de Cotas (Lei 12.711 de agosto de 2012) que assegurava entre outras coisas a oferta de 50% das vagas dos cursos de graduação para pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas, além de pessoas de baixa renda e pessoas com deficiência.

Além disso esta lei também estabeleceu a prioridade para os estudantes cotistas no recebimento de auxílios estudantis. Os efeitos da Lei de Cotas podem ser observados pelo acentuado crescimento no número de discentes matriculados nas Universidades Federais que são provenientes de famílias de baixa renda. Desde o ano de 2009 o número de estudantes matriculados que são provenientes de famílias de baixa renda passou de 1% para aproximadamente 15% do total de estudantes do país em 2019.

Percentual de estudantes matriculados que ingressaram por cota de renda
[Gráfico 13]

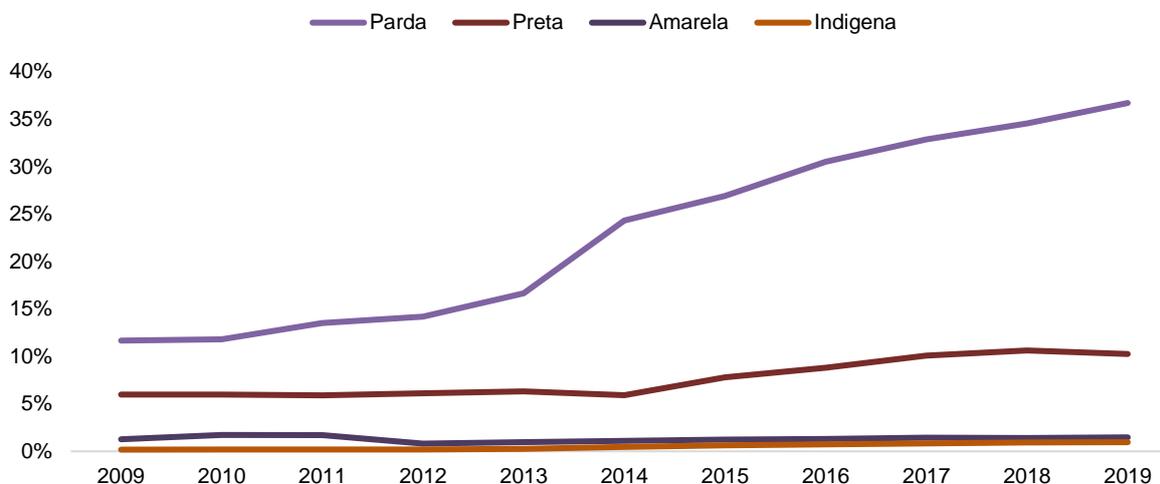


Fonte: Plataforma Universidade 360: Observatório da Educação Superior. Elaboração própria.

Outro efeito expressivo observado e que decorre em parte da Lei de Cotas foi o aumento expressivo no número de pessoas autodeclaradas pardas no ambiente acadêmico que se elevou de uma parcela de aproximadamente 12% em 2009 para aproximadamente 37% do total de discentes em 2019. Da mesma forma o número de discentes autodeclarados pretos também aumentou de 6% em 2009 para aproximadamente 10% em 2019. Mesmo com um crescimento expressivo, o percentual de discentes autodeclarados pardos e pretos ainda representa menos

de 50% do total de discentes de universidades federais, sendo os discentes que se autodeclararam brancos a maior parcela, segundo os dados do Universidade 360.

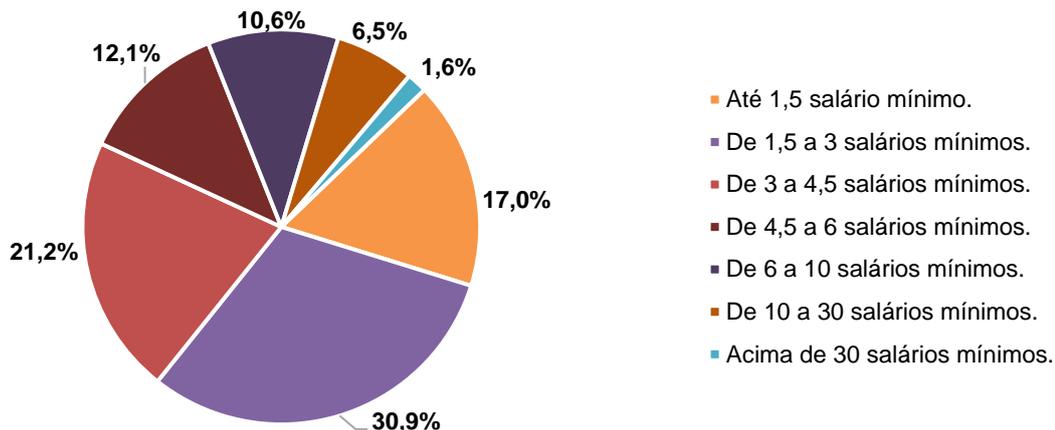
Percentual de discentes por Raça/Cor [Gráfico 14]
Universidade 360



Fonte : Plataforma Universidade 360: Observatório da Educação Superior. Elaboração própria.

Tais mudanças no perfil dos discentes se evidenciam também pelo perfil de renda dos discentes de graduação obtido no ano de 2022 pelo questionário do Enade (Exame nacional de desempenho dos estudantes). De acordo com as informações obtidas pelo questionário cerca de 17% dos discentes das Universidades e Institutos Federais vem de famílias com renda total abaixo de 1,5 salário-mínimo (R\$1.818,00), outros 30,9% dos discentes possuem renda familiar total entre 1,5 e 3 salários-mínimos (R\$ 1.818,01 a R\$ 3.636,00), deste modo temos que de acordo com a classificação do IBGE 47,9% dos discentes pertencem as classes D e E. Este dado se torna mais impressionante quando destacamos que a renda considerada pelo questionário leva em consideração os rendimentos dos próprios discentes entrevistados – leva se em consideração as bolsas recebidas.

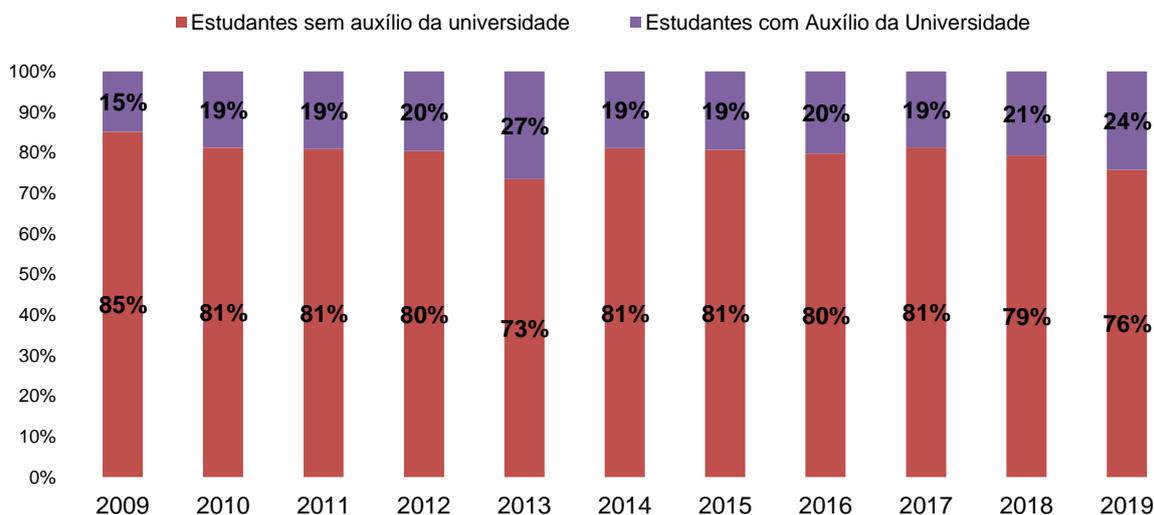
Classificação dos discentes por faixa de renda (%) [Gráfico 15]
Enade 2022



Fonte: ENADE. Elaboração própria.

O perfil econômico dos discentes das Universidades Federais evidencia a importância da assistência estudantil para assegurar que os estudantes possam permanecer nas instituições de educação diminuindo a retenção, os níveis de evasão e assegurando a democratização do ensino no Brasil. O Decreto 7.234/2010 que institui o Programa de Assistência Estudantil (PNAES) reforça o compromisso do estado brasileiro com a manutenção de tal recurso. Desde o ano de 2009 até 2019 em média 22,2 % dos estudantes das Instituições Federais recebiam algum tipo de auxílio estudantil, seja de moradia, material didático, bolsas, transporte ou alimentação. Este número atingiu seu pico em 2013 ano em que cerca de 27% dos discentes, mais de ¼ deles, era contemplado com algum tipo de auxílio. Este número em seguida se retraiu para posteriormente demonstrar um novo período de crescimento a partir de 2017.

Estudantes matriculados que recebem auxílio estudantil [Gráfico 16]

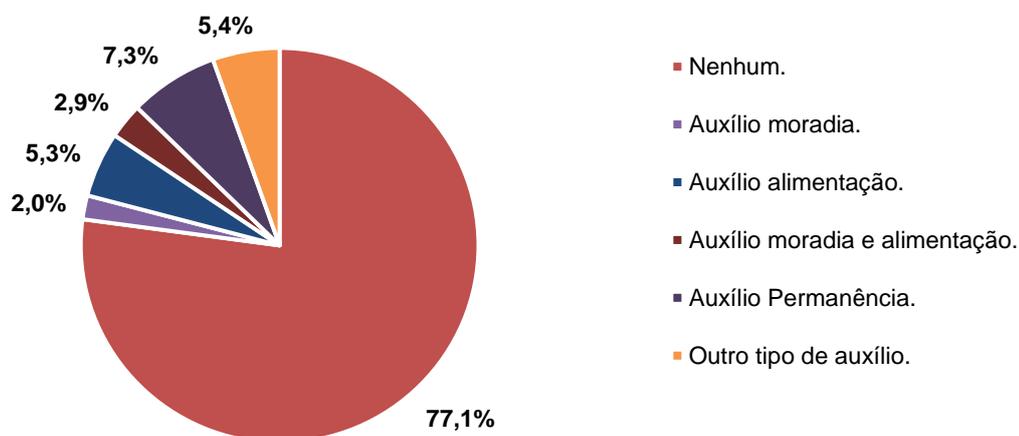


Fonte: Plataforma Universidade 360: Observatório da Educação Superior. Elaboração própria.

Entretanto, através dos dados do Exame Nacional de Desenvolvimento dos Estudantes realizado em 2022, apresentados no Gráfico 16, observa-se que apenas 22,9 % dos concluintes de universidades públicas federais receberam algum tipo de auxílio estudantil. Ou seja, a assistência estudantil que, muitas vezes, é determinante para a permanência do aluno na universidade representa um alcance menor do que o nível alcançado em 2019.

Destes alunos 7,3% receberam auxílio permanência para se manterem na universidade, 2,9% receberam auxílio moradia e alimentação, outros 5,3% receberam apenas auxílio alimentação e, por fim, 2% deles receberam apenas auxílio moradia. Os demais receberam outros tipos de auxílios não discriminados na pesquisa. Este cenário representa um dos diversos impactos dos contingenciamentos e cortes nos orçamentos das universidades públicas, trazendo como consequência direta a redução dos recursos destinados a assistência estudantil, além de impossibilitar sua ampliação.

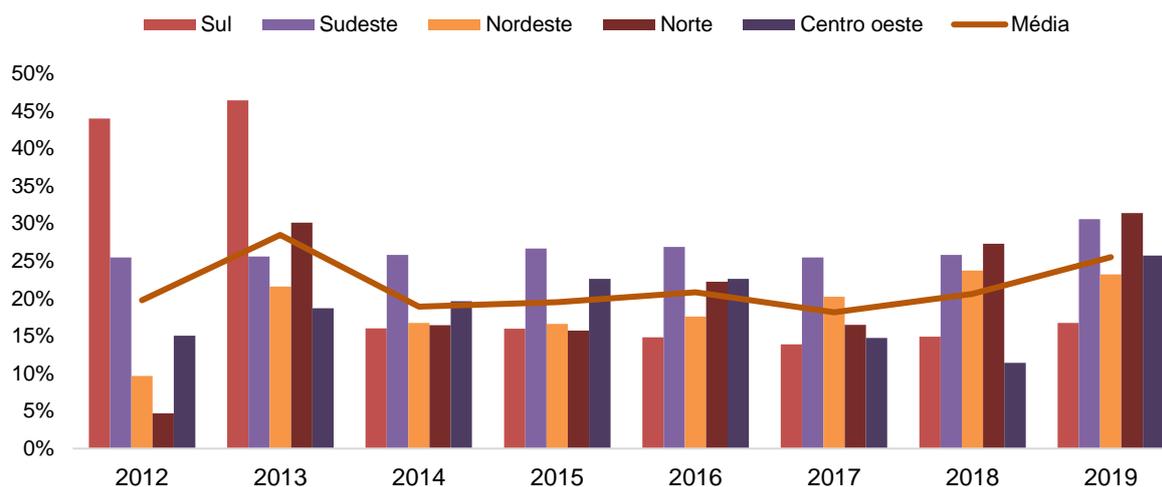
Discentes que recebem auxílio estudantil por tipo de auxílio (%) [Gráfico 17]



Fonte: ENADE. Elaboração própria.

Vale ressaltar que mesmo com a implementação do PNAES e o esforço para suprimir as desigualdades, infelizmente as diferenças ainda persistem, uma grande evidencia reside na percentagem de alunos de cada região que tem acesso aos programas de auxílio estudantil em relação ao total de alunos da região. Ao analisarmos estes dados podemos perceber discrepância existente entre a região Sudeste e as demais regiões de forma que esta permanece a partir de 2012 visivelmente acima da média nacional enquanto regiões consideradas menos desenvolvidas e com renda per capita menor como as regiões Norte e Nordeste apresentam percentuais consideravelmente menores.

Porcentagem de alunos matriculados que recebem auxílio estudantil por região [Gráfico 18]



Fonte: Plataforma Universidade 360: Observatório da Educação Superior. Elaboração própria.

Tendo em vista os dados apresentados, observa-se que a partir das mudanças legislativas visando garantir o acesso à universidade pública – através da Leis de Cotas e do Decreto 7.234/2010 por exemplo – o perfil socioeconômico da comunidade acadêmica apresenta uma sutil mudança em seu cenário. Entretanto, o pouco conquistado até aqui vem sendo ameaçado pelos cortes orçamentários, uma vez que as políticas de assistência estudantil devem crescer concomitante às políticas públicas de acesso à universidade pública, de forma a garantir uma universidade pública, gratuita e de qualidade a todos.

Destaque: O resultado do investimento nas Universidades Federais

Paulo Daniel S. G. dos Santos



Reprodução: Google Imagens

- Em pesquisa realizada pelo LEP ICBS-UFRRJ, foram identificadas novos locais de ocorrência de uma espécie com altíssimo risco de extinção de acordo com o ICMBIO.

A pesquisa de doutorado desenvolvida no Laboratório de Ecologia de Peixes do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da UFRRJ foi responsável por identificar e mapear novos locais conhecidos de incidência dessa espécie rara e assim podendo alertar a necessidade de preservação desses locais. Um deles inclusive dentro do Campus Seropédica!

Fonte: <https://portal.ufrj.br/peixe-das-nuvens-pesquisa-da-ufrj-e-destaque-na-midia-nacional/>



Reprodução: Portal UFRRJ

- Equipe da UFRRJ se torna referência internacional no manejo de solos ácidos.

Em projeto de cooperação técnica entre o Ministério de Relações Exteriores e o Governo da Etiópia, a universidade recebeu uma equipe de pesquisadores no campus para compartilhar práticas e conhecimentos a respeito deste que se tornou um tema fundamental no que se refere a segurança alimentar da população etíope.

Fonte: <https://portal.ufrj.br/expertise-de-cientistas-da-ufrj-no-manejo-de-solos-acidos-e-referencia-para-a-etiofia/>



Reprodução: National Geographic

- Estudo do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal do Alagoas aponta crescimento no acúmulo de microplástico em placentas humanas.

A preocupação com o uso excessivo de plástico é sem dúvidas uma das maiores nos últimos anos, devido a sua lenta degradação e consequente grande impacto no meio ambiente.

A presença de microplástico tem sido identificada cada vez mais em peixes, na água e até em alimentos. A pesquisa desenvolvida na UFAL, através da análise comparativa de placentas congeladas a anos atrás com placentas coletadas recentemente, indicou o acúmulo significativo desse material não apenas em quantidade, mas também em diversidade de tipos de plástico e tamanho destes.

Fonte: <https://ufal.br/ufal/noticias/2023/10/ufal-participa-de-pesquisa-sobre-acumulo-de-microplasticos-em-placentas>



Reprodução: Metrôpoles

- O impacto socioeconômico do crime ambiental.

Uma parceria entre a UNB, UFPE e UFAL, analisam o impacto do abandono da região que era explorada pela mineração do sal-gema em Maceió. Estimasse que os tremores de terra causados pelo crime ambiental cometido na região tenham atingido 5 bairros e cerca de 60 mil moradores.

De acordo com o Serviço Geológico do Brasil, a causa do terremoto, que atingiu 2,5 pontos na Escala Richter, foi o desabamento de 3 das 35 minas de perfuração localizadas na região.

Fonte: <https://tribunahoje.com/noticias/educacao/2023/03/08/117322-crime-ambiental-da-braskem-e-objeto-de-pesquisa-da-ufal-em-parceria-com-unb-e-ufpe>

OBSERVATÓRIO 
DE POLÍTICA MACROECONÔMICA
UFRRJ



GRUPO DE PESQUISA EM POLÍTICA ECONÔMICA

